

## BASE ALIADA

Para garantir apoio do grupo ao tributo, ministros sinalizam com redução de taxas de empréstimos e repactuação de dívidas do setor

# Pela CPMF, governo faz promessas a ruralistas

UGO BRAGA

DA EQUIPE DO CORREIO

Queda em taxas de juros do Banco do Brasil, repactuação de dívidas bilionárias e até reajuste salarial para acabar greve numa categoria do funcionalismo público. Estas foram as moedas que o governo usou numa discretíssima negociação de bastidores, desenrolada nos últimos 10 dias para conseguir aprovar na Câmara a primeira etapa da proposta de prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

A negociação abarcou de um lado os ministros Guido Mantega, Paulo Bernardo e Reinhold Stephanes, respectivamente da Fazenda, Planejamento e Agricultura, e de outro a chamada bancada ruralista, uma muito bem estruturada e coesa frente parlamentar, com ramificação em todos os grandes partidos da Câmara. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), os ruralistas somam 120 membros no Congresso, bancada maior que a do PMDB, por exemplo. Daí a especial atenção que lhes foi dispensada.

Na quarta-feira em que o texto-base da CPMF foi aprovado na Câmara, Mantega e Stephanes sentaram-se, no Ministério da Fazenda, com uma pequena comitiva de ruralistas queixosos horas antes da votação. O grupo não fez qualquer ameaça explícita em prejudicar os planos do governo dali a algumas horas. Também não precisava. Na Câmara, a menos de três quilômetros da reunião, explodia uma rebelião no PMDB e, de forma mais contida, no PP e no PR. Todos angariando cargos prometidos e não entregues pelo Palácio do Planalto. Àquela altura, portanto, agradar aos ruralistas era mera questão de bom senso para quem queria aprovar uma Emenda Constitucional em meio a clima hostil.

O mineiro Marcos Montes (DEM), presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, onde os ruralistas se entrincheiram, informou aos ministros que os produtores não vinham conseguindo contratar empréstimos mais baratos nas agências do Banco do Brasil, conforme o próprio Mantega garantira dias antes. A taxa do crédito rural está em 6,75% ao ano. E a equipe econômica se comprometeu a reduzi-la um pouco mais, além de fazer a orientação descer por toda a cadeia de distribuição do BB até que os gerentes cumpram o acordado. Havia mais.

Há uma dívida rural repactuada

José Varella/CB - 25/11/04



Iano Andrade/CB - 22/3/07



O DEPUTADO LUIZ CARLOS HEINZE E O MINISTRO DA AGRICULTURA, REINHOLD STEPHANES: DISCRETA NEGOCIAÇÃO

## BARGANHA

Conheça os pleitos dos produtores rurais incluídos nas negociações da CPMF

● Redução da taxa de juros do crédito rural, atualmente fixada em 6,75% ao ano

● Concessão de um ano de carência para a parcela de 2007 referente às dívidas do custeio alongado, que somam R\$ 1,8 bilhão

● Negociação de 35 mil contratos de produtores rurais inscritos na dívida ativa e de outros 142 mil contratos de dívida rural prestes a serem inscritos na dívida ativa. O bolo total é de R\$ 13 bilhões

tempos atrás chamada custeio alongado. Seu estoque é de R\$ 9 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhão vence neste ano. "Só que houve seca em 2004 e 2005 e variações no câmbio, com impacto nos custos, em 2006. Por isso, os produtores estão com dificuldades de pagar e pedimos para que a parcela deste ano seja adiada para o ano que vem", disse ao **Correio** o deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), um dos coordenadores ruralistas. Mantega teria concordado. Havia mais.

## Débitos

Vitoriosos nas negociações anteriores, os ruralistas se sentiram fortalecidos para lançar mão de cartada ainda maior: 35 mil fazendas estão na iminência do leilão por atraso no pagamento de débitos dos produtores. E outros 142 mil processos referentes a dívidas rurais podem ser inscritos na dívida ativa da União a qualquer momento. Eles querem que o governo "resolva essas problemas", que, somados,

significam R\$ 13 bilhões, pelos cálculos de Heinze. Arrancaram a promessa de que os casos serão revistos. Havia mais.

Já nesta semana, quando a rebelião dos partidos aliados explodiu de vez na Câmara e afetou as votações finais da CPMF, os ruralistas voltaram à carga e pediram a Paulo Bernardo atenção especial à greve dos fiscais federais agropecuários, iniciada em junho. Cargas e mais cargas ficam nos terminais por falta de quem as despache. Prejuízo para os produtores rurais, perigo para o governo no Congresso. Pouco antes das 18h da terça-feira, Bernardo telefonou aos ruralistas e garantiu-lhes que resolveria o problema da greve. Às 20h, Associação Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa) divulgou uma nota confirmando a volta ao trabalho, mediante a concessão de 20,3% de aumento para a categoria. Na madrugada da quarta, o governo conseguiu concluir a votação de sua emenda constitucional em primeiro turno.

## Primeiro turno é concluído

A Câmara concluiu na madrugada de ontem a votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição que prorroga a CPMF até 2011, mantendo a aprovação da proposta, que ocorreu no dia 20. Depois de 17 horas de debates, realizados em quatro sessões extraordinárias, e de 14 votações nominais, os deputados rejeitaram quatro emendas e seis destaques para votação em separado. A CPMF continua com alíquota de 0,38%, mas esse patamar pode ser reduzido por lei, desde que se mantenha o 0,2% destinado ao Fundo Nacional de Saúde (FNS).

A Desvinculação de Receitas da União (DRU), instrumento criado para possibilitar ao Tesouro separar recursos para fazer o ajuste fiscal), também continua no percentual de 20% sobre todos os tributos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

Uma das emendas rejeitadas pelo plenário modificava tanto o artigo sobre a DRU quanto o da CPMF. Os Democratas pediam a exclusão dos tributos de caráter provisório da DRU e proibiam a prorrogação ou renovação da CPMF a partir de 2012, mas foram derrotados pelos aliados do governo. (UB)



NAS ENTRELINHAS  
por Alon Feuerwerker

e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



## A pulga do terceiro mandato

A derrota do governo na votação da medida provisória que criava o ministério de Roberto Mangabeira Unger é sintoma de uma doença grave. Como um tumor que ao se expandir pressiona os tecidos vizinhos, o apetite irrefreável do PT por posições políticas volta a causar lesões orgânicas na aliança que sustenta Luiz Inácio Lula da Silva. A bancada do PT no Senado cobiça a cadeira de Renan Calheiros (PMDB-AL). Já os deputados petistas querem para si o posto de coordenador político, ministro Walfrido Mares Guia (PTB). E, da Casa Civil, a ministra Dilma Rousseff ocupa o máximo de espaço possível na nomeação de cargos governamentais - sob o olhar atento do presidente da República.

Talvez a maioria dos políticos brasileiros não saibam quem é Andy Grove, um dos fundadores da Intel, mas é provável que concordem com a convicção mais conhecida de Grove, a de que só os paranóicos sobreviverão. Grove escreveu um livro de sucesso sobre o assunto. Empenhados em sobreviver, aliados e adversários do PT enxergam nos últimos movimentos do partido a tentativa de impor à base governista um candidato do próprio PT à sucessão de Lula. Mas os mais paranóicos entre os paranóicos vão além: interpretam a sofreguidão petista como o primeiro ensaio para tentar construir condições institucionais que permitam introduzir na agenda o terceiro mandato para Lula.

Uma das raízes da crise política que consumiu a segunda metade do primeiro mandato de Lula era que a oposição não tinha um nome para batê-lo na campanha da reeleição. O problema que ameaça a paz política já na primeira metade do segundo mandato de Lula é parecido, mas diferente. Agora, é o PT que não tem por enquanto um nome para herdar a cadeira de Lula. Como o poder tem horror ao vácuo, vem confusão por aí. E os vetores da confusão são dois: 1) o PT pressionando por espaço e 2) os grupos organizados dentro do PT buscando cada um o melhor lugar no grid para os seus próprios presidenciais potenciais.

A esse cenário somam-se os projetos externos ao PT, como o que se articula em torno de Ciro Gomes (PSB), e os movimentos, ainda que discretos, de possíveis nomes peemedebistas, como o governador do Rio, Sérgio Cabral, e o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Trata-se, portanto, na base do governo, de um cenário caracterizado pela fragmentação. Do outro lado, na oposição, a dúvida é mais simples. Quando o PSDB decidir entre os governadores José Serra (SP) e Aécio Neves (MG), o quadro estará montado. Mais ainda: se a pajelança tucana resultar numa aliança entre os dois, de perfil nacional, estará criado um pólo com expectativa de poder, que passará a exercer atração sobre os insatisfeitos da base do governo. Matéria-prima que, convenhamos, não deverá faltar.

Ai é que entram os temores (ou esperanças) dos mais paranóicos entre os paranóicos. Os leitores de sinais de fumaça em Brasília já perceberam duas coisas. A primeira é que Lula deixa claro o desejo de ter no seu campo político um único candidato competitivo para disputar 2010. A segunda é que Lula trabalha sistematicamente para impedir que qualquer outro nome, fora o dele, consolide-se para cumprir o papel. Os menos paranóicos sustentam que Lula opera assim para impedir a eclosão precoce de sua própria sucessão. Já os adeptos mais ferrenhos de Andy Grove olham para Lula e enxergam nele alguém que, ao estimular a pulverização de sua própria base para 2010, aposta em continuar no poder. Por esse cálculo, haveria uma hora em que o condomínio governista olharia em volta e chegaria à conclusão de que ou vai de Lula ou será derrotado.

Quem está certo entre os paranóicos? Os mais ou os menos? Enquanto a poeira não baixa, a intriga e a desconfiança correm soltas no Congresso Nacional. Os mesmos leitores de sinais de fumaça já detectaram que a oposição não tem mostrado entusiasmo diante do surto ético que tomou a bancada dos senadores do PT depois da absolvição de Renan Calheiros. A oposição não quer que Renan seja substituído por um petista. Mas há uma pulga maior ainda atrás da orelha dos caciques oposicionistas. A situação foi resumida ontem por um prócer do DEM no salão azul no Senado: "Essa conversa de mudar a Constituição para qualquer coisa pode ser bonita na hora em que você está pensando em casar o Renan. O problema é que pau que dá em Chico dá também em Francisco. Temos que tomar cuidado para não irmos buscar a lâ da saída do Renan e voltarmos tosquiados, tendo que engolir o terceiro mandato do Lula."

## César Borges troca o DEM pelo PR

LEANDRO COLON

DA EQUIPE DO CORREIO

Em crise com o PMDB, o governo ganhou ontem um senador para a base aliada. César Borges deixou o DEM da Bahia. Vai presidir o PR baiano. O senador já entregou a carta de desfiliação do DEM e pretende oficializar sua entrada no PR na próxima segunda-feira. Ele negou que sua decisão seja uma adesão ao governo Lula. "Não há adesão. Não falei com nenhuma autoridade do governo. O PR me concedeu a presidência regional do partido. E é isso que importa", disse.

Borges abandona o DEM dois meses depois da morte do senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), que controlava o

Carlos Moura/CB - 26/7/05



BORGES, EX-AFILHADO DE ACM: "O PR ME CONCEDEU A PRESIDÊNCIA REGIONAL"

partido na Bahia. Após a morte de ACM, o ex-governador Paulo Souto ganhou mais espaço que

Borges na legenda. Desafeto de Souto, o senador então preferiu optar pela desfiliação. E deve

levar junto prefeitos e vereadores de olho nas eleições municipais do ano que vem.

Além dele, outros senadores da oposição podem migrar para a base do governo nos próximos dias. Romeu Tuma (DEM-SP), Demostenes Torres (DEM-GO), Jayme Campos (DEM-MT) e Adelmir Santana (DEM-DF) foram sondados nos últimos dias por partidos governistas. Tuma já avisou que deve ir para o PTB, PRB ou PR.

O governo torce por essas adesões porque sabe que tem no Senado uma maioria apertada em relação à oposição. O Palácio do Planalto conta, hoje, com os votos certos de 43 dos 81 senadores. São, por exemplo, seis a menos que o necessário para aprovar a prorrogação da CPMF.